

**VESTIDA DE FELIZ: O DISCURSO DOS PAIS
NA DEMANDA DA MORTE NA INFÂNCIA¹**
*DRESSED IN HAPPINESS: PARENTS' DISCOURSE
ON DEATH IN CHILDHOOD*

Juliane Messina Cunha² e Félix Miguel Nascimento Guazina³

RESUMO

O presente artigo discute, a partir da análise de uma mídia publicitária, o tema da morte, do luto e da infância. O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar uma problematização, a partir dos discursos exibidos por um vídeo publicitário, sobre as representações de morte e luto na infância contemporânea. Como objetivos específicos, buscou-se contextualizar teoricamente a questão da infância e da contemporaneidade, refletir criticamente acerca do impacto da perda no universo infantil e reconhecer os possíveis efeitos no processo de subjetivação infantil. Dessa forma, este trabalho se justifica pela necessidade de ampliar a discussão do tema proposto, uma vez que a mídia tem colocado a criança num lugar sacramentado, destituindo-a de se haver com o real da vida. Por outro lado, a pesquisa discute, a importância do esclarecimento da temática da morte na infância de uma forma que colabore para o desenvolvimento emocional saudável da criança. O delineamento metodológico teve um caráter qualitativo a fim de uma obter análise singular de um objeto de estudo. A partir da análise da mídia, foram construídas três categorias por meio da análise do discurso e da imagem de Loizos, abordada por uma orientação em psicanálise. Tais categorias são: “O tamanho do problema”, que apresenta, para o leitor, as questões dos pais frente à demanda da filha; os “Recursos dos pais e a lógica do Circuito”, que problematiza as estratégias dos pais em lidar com a morte; e “Então, o que as crianças têm que saber?”, que discute criticamente os modos de perceber e construir significações sobre o morrer na infância. Dessa forma, contribui-se para fomentar discussões teóricas e práticas nesse contexto do trabalho da Psicologia. Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de ampliar os espaços de discussão sobre as perdas e lutos na infância a fim de melhor lidar com essas questões em seu desenvolvimento.

Palavras-chave: criança, morte, subjetivação.

ABSTRACT

Based on the analysis of an advertisement, this article aims to discuss issues of death, bereavement and childhood. The general goal is to problematize the representations of death and bereavement in contemporary childhood by analyzing the discourses of an advertising video. The specific goals included to contextualize theoretically the issues of childhood and contemporaneity, reflect upon the impact of loss in the infant universe and recognize its possible effects on the children's process of subjectification (subjectivation). Therefore, this study is justified by the need to broaden the discussion of the proposed topics once media has placed children in a sacramental place, depriving them of dealing with real life. On the other hand, the research discusses the importance of clarifying death in infancy and/or childhood in order to collaborate on the children's healthy emotional development. The methodology adopted follows a qualitative perspective, which aims to provide a unique analysis of the object of study. By investigating the media, three categories were identified through the analysis of discourse and image according to Loizos, which was guided by psychoanalysis. These categories are: “The size of the problem”, which shows the reader parental issues

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do curso de Psicologia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: messinadacunha14@gmail.com

³ Orientador. Docente do curso de Psicologia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: guazina@gmail.com

towards their daughter's demand; "Parents' Resource and the Circuit logic", which discusses parents' strategies in dealing with death; and "So what do the kids have to know?", which critically discusses ways to understand and build meanings of death for children. Therefore, this study contributes to promote theoretical and practical discussions in this psychological field. The results point to the need to broaden the discussion on losses and bereavements in childhood in order to better deal with these issues in their development.

Keywords: children, death, subjectification (subjectivation).

INTRODUÇÃO

"A criança não é inocente em relação à morte.
A infância não é um paraíso onde as duras
realidades da vida não existem" (TORRES, 1999).

Uma campanha publicitária que inquieta pelo seu discurso: crianças não devem saber de nada ruim - "somente que os peixes nadam, que os passarinhos voam, que os avôs os avoam". Essas expressões, que parecem sair de contos de fadas, descrevem a narrativa *Por uma infância mais feliz sempre*. Tais assertivas baseiam-se em um discurso produzido por uma campanha publicitária intitulada *A história de Lilinho*⁴, organizada por uma renomada rede de farmácias de alcance nacional como campanha do Dia das Crianças em 2011. As temáticas postas na campanha abordam um posicionamento sobre a morte e o que seria o ideal de uma infância feliz. O discurso e as imagens construídas na narrativa do vídeo visibilizam uma noção de infância protegida do contato com as dimensões reais da vida, as quais, neste caso, versam sobre o tema morte. Mais do que isso, tratam de uma infância impedida de se haver com as questões do morrer. Sabe-se que, historicamente, o conceito de infância não se mantém linear. Na Idade Média, por exemplo, não se tinha nenhum equipamento social que garantisse os direitos e deveres da criança. No Brasil, somente em 1990 é que se regulamentou um Estatuto que garante cuidado e proteção à criança e que forja um ideal de criança saudável, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

A questão que se delineia na película é a seguinte: em primeiro plano, tem-se a narrativa do pai, em que este titubeia em contar ou não a verdade sobre a morte do peixe⁵ ou colocar algo no lugar dessa demanda da filha sobre um aspecto da dimensão da vida. O argumento que o pai sustenta é que crianças têm que ser felizes e não devem lidar com sentimentos de perdas. Nesse sentido, ao construir um ideal de infância feliz, a relação dos pais passa a ser permeada por constantes promessas e negociações, em que, na maioria das vezes, é a criança quem ganha a concessão. Desse modo, muitos pais evitam discutir com as crianças sentimentos como tristezas, sofrimentos, assim como perdas simbólicas. A Psicologia e a Psicanálise vêm auxiliando a compreender a importância de se enfrentar as barreiras apresentadas, não como forma de resolver os conflitos, mas de desvelo, como o véu que cai e revela o desconhecido - não seria, assim, possível, também, a revelação de um novo sujeito? A partir

⁴Vídeo de domínio público disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=Bhoif3IcRuo>>.

⁵Na seção *Material e Métodos*, há a transcrição do texto do vídeo.

de uma breve pesquisa em bases de dados importantes da Psicologia, como *SciELO e PsycInfo*, observa-se uma escassez de estudos que discutem o tema do comunicado da morte durante a infância. Dentre esses estudos, grande parte traz aspectos culturais e históricos sobre o conceito de morte, enquanto outros discutem a partir de uma base organicista. No entanto, faltam estudos que discutam a temática sobre a perspectiva do campo psicológico.

Para além do exposto, questiona-se que tipo de sujeito tem se produzido no campo social e como a Psicologia tem consubstanciado discussões para desnaturalizar as noções de infância feliz e asséptica na contemporaneidade. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho consistiu em problematizar, a partir dos discursos de uma mídia publicitária, as representações de morte e luto na infância contemporânea. Como objetivos específicos, buscou-se contextualizar teoricamente a questão de infância e da contemporaneidade, refletir criticamente acerca do impacto da perda no universo infantil e reconhecer os possíveis efeitos no processo de subjetivação infantil. A partir desses e de outros questionamentos, surgem as inquietações dos pesquisadores diante da história da criança no decorrer dos processos históricos, de como tem se dado a construção da subjetivação da criança frente às perdas e de como se delinea sua capacidade de simbolização diante do preenchimento destas todo o momento.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de cunho qualitativo (Gil, 2007). O instrumento de análise escolhido foi uma campanha publicitária de domínio público de uma rede nacional de farmácia, intitulada *A História de Lilinho*, cuja temática aborda o reconhecimento de morte na infância e a dificuldade dos pais em discutir saudavelmente sobre essa questão com as crianças. Entende-se o vídeo, a partir de Loizos (2002), como uma narrativa sobre determinados assuntos que contêm discursos que produzem sensações, opiniões e afetos que mobilizam a sociedade.

A mídia publicitária oferece um registro importante de ações temporais e acontecimentos significativos. Dessa forma, ela desempenha papel importante na vida social, econômica e política e serve como instrumento de estudo e análise nas ciências sociais e psicológicas (LOIZOS, 2002). O vídeo em questão pretende discutir a melhor forma de lidar com a temática da morte com as crianças. Para além das imagens, reconhece-se, como instrumento de trabalho, o discurso oral produzido pelo pai como uma composição da discussão.

Descreve-se, na íntegra, esse discurso:

Querida filha. Eu só estou escrevendo este texto porque você ainda não sabe ler; do contrário eu não o faria, porque você ia ficar bem chateada em saber que o seu peixe, o Lilinho, morreu. De modo que aquele que está no seu aquário agora é bem parecido, mas não é o Lilinho.

A sua mãe, as mães são assim, sem que você soubesse, resolveu comprar outro e por no lugar dele.

Foi uma coisa bem rápida, filha. Você acordou, contou que o Liliho estava dormindo de maneira estranha (ele tá dormindo de cabeça pra baixo, assim...) e logo vimos o tamanho do problema. Foi então que tivemos que decidir em contar a verdade ou driblar o destino. Deixar que essa fatalidade tomasse conta do seu coraçõzinho em formação ou desafiar as possíveis consequências de uma mentira como essa. E se você notasse; e se você viesse a perceber a diferença de tamanho; ou pior, se descobrisse uma nadadeira a menos? Ainda bem que nada disso aconteceu. Ainda bem, minha filha. Seus pais conseguiram adiar minimamente este sentimento terrível que a perda dá. Fatalidades não são algo que crianças têm que saber. Crianças, aliás, não deviam saber de nada ruim, somente que os peixes nadam, que os passarinhos voam, que os avós os avoam. Por isso mesmo que eu estou aqui, contando essa história, para que você um dia saiba que a sua mãe e seu pai interferiram no circuito e deixaram ele menos curto. Fica então uma dica pra você. Sempre que possível, interfira. Nada precisa ser ruim. Por uma infância mais feliz, sempre.

A partir desses discursos, juntamente com a construção de imagens e narrativas da mídia, é que se deu a construção das análises deste trabalho.

Para a construção do trabalho, utilizou-se a análise de vídeo proposta por Loizos (2002), articulada com a análise do discurso oral (textual do vídeo) produzido no documentário. Entende-se que os discursos não se equivalem à fala simplesmente. O sujeito não é visto como centro do discurso. O sujeito é um efeito do discurso, é uma autoria na qual coexistem o linguístico, o social e o histórico (ORLANDI, 2005). Portanto, não se toma, neste trabalho, o discurso midiático produzido pelo pai como um discurso único e totalitário, mas como um discurso que reproduz, no campo do social, visões de mundo compartilhadas por um coletivo.

Após assistir e analisar a campanha minuciosamente, buscou-se o que nela havia de mais interessante e que instigasse a pesquisa. O segundo passo foi procurar textos de Psicanálise, morte, desenvolvimento humano, crianças diante da morte e pesquisas em torno da infância contemporânea que pudessem elucidar as questões aqui propostas.

A partir desses percursos metodológicos, foram construídas as seguintes categorias de análise: “O tamanho do problema”, que apresenta, para o leitor, a problemática do objeto de estudo da pesquisa; “Recursos dos pais e a lógica do circuito”, que problematiza as estratégias de lidar com a morte; e “Então, o que as crianças têm que saber?”, em que se questiona a partir de que lugar as crianças constroem sua subjetivação e a responsabilidade dos pais na construção dos novos sujeitos.

Diante do exposto, num primeiro momento, apresenta-se uma breve revisão teórica sobre infância, morte e contemporaneidade, discutindo-se os processos de luto na infância. Posteriormente, discutem-se, a partir das categorias construídas, as problematizações e reflexões advindas da análise da mídia publicitária.

A NOÇÃO DE MORTE NA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

A morte é uma perda e supõe um sentimento, uma pessoa e um tempo, segundo Kovács (1992). A potencialidade de desorganização, paralisação e impotência perante a perda está associada à maneira brusca e inesperada de perda do objeto querido. Embora, racionalmente, saiba-se que as perdas são inevitáveis, tal saber nem sempre está presente nas ações do dia a dia, fazendo surgir o paradoxo da morte (in)esperada. Kovács (1992, p. 150) diz: “ver a perda como uma fatalidade, ocultar os sentimentos, eliminar a dor, apontar o crescimento possível diante dela, podem ser formas de negar os sentimentos que a morte provoca, para não sofrer”.

A expressão do sentimento diante de tais ocasiões é fundamental para o desenvolvimento do processo de luto. No entanto, sabe-se, também, que no decorrer dos tempos, as manifestações diante da perda e do luto sofreram alterações, diferenciando-se seu enfrentamento em diversas culturas.

Na Idade Média, segundo Ariès (1981), a manifestação dos sentimentos diante da perda era autorizada. A partir do desenvolvimento do poder da Igreja, esta passou a exigir uma atitude mais contida e digna diante da morte, ditando as formas de comportamento adequado e assumindo o controle dos rituais. O século XX oferece a representação da “morte invertida”, ou seja, o grande fracasso da humanidade. A sociedade exige um domínio e controle sobre a dor da perda, atribuindo-lhe a qualidade de fraqueza (ARIÈS, 1981). Os sinais da morte entram em choque com os modos de produção capitalista, centrada na produção que emerge desde essa época até os tempos atuais. Entende-se que, na sociedade contemporânea, a noção de tempo e sua liquidez impedem o sujeito de entrar em contato com temas importante da vida (BAUMAN, 2001). Com isso, pode-se questionar uma noção de morte realmente enfraquecida diante de tamanha produção, poder e *status*.

Parece que toda essa demanda que permeia a vida de crianças e adultos de hoje talvez não tivesse o mesmo sentido se não houvesse a ilusão de uma vida eterna, de uma continuidade das pessoas. Sartre (1997) contribui para o debate, afirmando que a morte é a ocorrência que determina o fim da existência, pondo fim a todos os projetos elaborados. Nesse contexto, as crianças devem ser afastadas do cenário da morte, ainda segundo Ariès (1981), fazendo dos rituais o ocultamento e o disfarce. A supressão do processo de luto gera sérias consequências do ponto de vista psíquico, pois muitas doenças psíquicas estão relacionadas com um processo de luto mal elaborado. Conforme Kübler-Ross (2008), as reações emocionais e comportamentais da criança perante a morte não são equivalentes às dos adultos. A perda de um progenitor é diferentemente vivida consoante a idade e as vivências prévias da criança com questões da morte e perda, uma vez que esta se prepara psicologicamente para encarar situações desta natureza. Assim, espera-se que a questão de morte seja construída no decorrer da vida. Ao longo do desenvolvimento do pensamento e da forma de abordar o mundo, a criança vai alterando e aperfeiçoando sua concepção de morte. Não há distinção entre ausência temporária e morte até aos três anos de idade, pois os bebês sentem a perda no

sentido da ausência temporária no mundo imediato da criança por parte das figuras significativas (BOWBLY, 1990).

Machado (2006) ressalta de que, em idade pré-escolar, a criança associa a morte a uma fase de grande tristeza, uma vez que esta lhe é espelhada pelos adultos. Porém, ainda assim não a reconhecem como irreversível. Essa incapacidade de conceber a irreversibilidade da morte faz com que as fantasias de voltar a estar com o falecido ou de seu retorno não sejam apenas um desejo inconsciente, mas uma possibilidade consciente (FRANCO; MAZORRA, 2007). Para Machado (2006), o fato de a criança acreditar no retorno do falecido deve-se a fatos como desenhos animados que representam a ressuscitação e o retorno dos personagens após a morte e também devido às explicações que, muitas vezes, os pais dão às crianças, como dizer que o falecido foi descansar, dormir ou fazer uma longa viagem.

Alicerçados pela perspectiva dos estudos piagetianos pode-se pensar que a criança só concebe a morte como um fenômeno irreversível a partir do estágio das operações concretas, mais ou menos aos sete anos de idade (SENGIK; RAMOS, 2013). Essa aquisição favorece a elaboração da perda (FRANCO; MAZORRA, 2007). Todos esses processos ajudam a compreender a forma como a criança atravessa emocionalmente a perda e o luto ao longo do seu desenvolvimento cognitivo.

INFÂNCIA E LUTO

O ser humano, de modo geral, passa a maior parte da vida evitando o tema morte, o que o priva de um esclarecimento e o impede de vivenciar o luto e a elaboração dos sentimentos após uma perda afetiva. Como este é um fenômeno inevitável, pode-se pensar em seu entendimento e em sua compreensão psíquica na constituição infantil.

Empiricamente, nota-se que, frequentemente, há grande dificuldade em se conversar com as crianças sobre os processos de morrer quando estas, no fluxo do seu desenvolvimento normal, demandam tal questionamento, que vem ao encontro de modulações narcísicas já que faz parte do nascimento psicológico da criança o questionamento sobre os destinos da vida. Perguntas sobre “de onde vêm os bebês” retomam uma questão ontológica do ser humano, que se manifesta pela problematização do fim da vida (KUPFER, 2001).

Segundo Mendes (2009), o temor da morte e a angústia que ela provoca no humano relacionam-se com uma ferida narcísica. Quando o ser morre, o mundo que habita prossegue sua continuidade sem a sua existência. Portanto, a criança, ao demandar dos pais esse questionamento, entra em contato com sua própria incompletude, que não pode ser preenchida nem pelo objeto que parte nem por outro qualquer (MENDES, 2009). Há uma espécie de “não saber” sobre as finitudes da vida. Talvez, a temática da morte desperte nas pessoas esse medo genuíno e uma gama de mistérios, mitos e sentimentos que se relaciona com uma falta que, dentro de uma perspectiva psicanalítica, nunca será preenchida.

O que acontece, na maior parte das vezes, é uma negação dos pais ao conversar com as crianças e/ou construírem com elas sentidos para essa indagação. Ao silenciar e ignorar a falta, seja por meio da perda ou pelo não preenchimento desta, a família impede que a criança amadureça e crie suas próprias estratégias e capacidade psicológica de representação do sofrimento, ainda que não venha a compreendê-lo. Kübler-Ross (2008) explica a abominação do homem e o afastamento da morte pela impossibilidade, ao nível do inconsciente, de conceber a própria morte e o fim da vida como causa natural, sendo apenas reconhecida como uma ação de um terceiro praticada contra si.

A partir desses aportes teóricos, emerge um questionamento: Como se dá o processo de entendimento de morte e luto na infância? Como ele deveria ser discutido no processo de desenvolvimento infantil? No que diz respeito ao luto, ele é compreendido como um processo, que tem início com a perda de um objeto ou de uma pessoa e necessita de um determinado tempo de elaboração. Esse tempo não é o tempo lógico, e sim o tempo subjetivo. Para cada pessoa, ele adquire uma forma diferente, de acordo com sua vivência. Para uns, pode ser vivido com ansiedade e, para outros, pode ser demorado, lento. Como afirma Freud (1917), não se trata de uma doença que deve ser medicada: é um sentimento que, como tal, deve ser vivido e sentido até que se desgaste.

Em *Luto e Melancolia*, Freud (1917) aponta que o luto é trabalho psíquico que não requer tratamento. Para que o luto seja realizado, ele indica alguns processos que o psiquismo vai realizando ao longo do tempo. Entre elas, verifica-se o superinvestimento e o posterior desinvestimento de cada lembrança que diga respeito ao objeto, o teste de realidade, o reconhecimento social da dor do sujeito, a elaboração da ambivalência, o tempo.

Há vários autores que discutem o tempo do luto. As etapas da morte de Kubler-Ross (2008) referem-se à forma como o sujeito se posiciona ao longo do tempo em relação à notícia de uma morte eminente e a forma como experiencia emocionalmente e gere suas expectativas e sentimentos em relação à morte. Para a mesma autora, a primeira etapa consiste em negação e isolamento, na qual mecanismos de defesa são desencadeados perante o choque de uma situação inesperada. Essa posição defensiva permite uma defesa temporária contra a ameaça externa, mas o teste da realidade o obriga, com o passar do tempo, ao confronto da realidade, atenuando esse mecanismo de defesa e desencadeando-se outros menos radicais. A segunda etapa é a raiva, que surge como uma forma de substituição, quando a negação não consegue mais ser mantida.

Os sentimentos de raiva, ódio, inveja e ressentimento podem ser direcionados para o exterior ou para o interior, devendo-se ouvir e apoiar o sujeito, dando-lhe a oportunidade de expressá-los. Com a diminuição da raiva, o sujeito entra numa nova etapa, a negociação. O pensamento predominante nessa etapa é o de que, entrando-se em algum tipo de acordo, o acontecimento inevitável será adiado. A autora considera que as manifestações de negociações por mais algum tempo de vida revelam que o sujeito já tem consciência do seu estado clínico. A depressão é a etapa que se segue e surge quando se torna impossível continuar negando a situação, começando a surgir os sintomas e a

debilitação ou fraqueza associadas, havendo uma necessidade de se estar disponível à escuta desse sujeito. A aceitação seria o fim da luta contra o inevitável e o surgimento de sentimentos de paz e de descanso final.

No entanto, ressalta-se que tais estágios não ocorrem necessariamente nessa ordem, sucedendo em intensidades diferentes, sendo utilizados como referências para o processo de elaboração do luto. Deve-se ter o cuidado de não fazer afirmações definitivas e classificatórias a esse respeito devido às muitas diferenças de recursos egoicos e funcionamentos individuais de cada sujeito.

Trabalhar o luto consiste em confrontar sentimentos e emoções associados à perda e às circunstâncias da morte, encontrar vias de descarga adequadas, quebrando-se, assim, os laços com o objeto perdido. Segundo Silva (2004), quando tal processo não é naturalmente realizado pelo sujeito, está-se perante um luto patológico. Ainda abordando a morte como perda, Kovács (1992) trata de um vínculo que se rompe, sobretudo quando esta se apresenta de forma irreversível, real e concreta. A mesma autora mostra a representação de morte envolvendo duas pessoas, a que é “perdida” e a outra, que sente que parte de si se foi. No luto elaborado, as memórias e lembranças do outro, em parte, são internalizadas.

Levanta-se, aqui, uma reflexão diante do exposto pelos autores, de que tal “quebra”, como rompimento de laços, possa ser entendida como produção de sentido, vindo a produzir, no sujeito, novos sentidos diante da perda e não propriamente “quebrando-se” laços/vínculos, mas sim resignificando-os. A resignificação é um elemento chave para o processo criativo na elaboração do luto. Ao simbolizar, significar e resignificar, constroem-se sentidos que abrem a possibilidade de, após a aceitação diante da perda, decidir o que se fazer a partir disso (ALMEIDA; ATALLAH, 2008).

No caso da criança Scalozub, citado por Franco e Mazorra (2007), referências na área pontuam que toda criança tem dificuldades de elaborar a perda de um objeto amado, principalmente aquele do qual depende, pois seu psiquismo ainda está em desenvolvimento e ela necessita das pessoas que garantam a sua sobrevivência física e seu desenvolvimento emocional.

A tarefa que cabe aos pais consiste em contribuir para que, quando houver situações reais ou imaginárias das crianças com essa temática, elas possam fazer essa travessia de uma maneira mais saudável, o que contribuiria para que a criança construísse e angariasse recursos psíquicos para lidar com esses enfrentamentos que fazem parte do ciclo de vida. O que Klein (1991) chama de equação simbólica, ou seja, criança pura pulsão, seriam as vivências externas de total importância para a formação do aparelho psíquico - busca da condição de prazer *versus* desprazer. Nesse caso, não cabe o desprazer.

Após essas revisões teóricas, pretende-se discutir os resultados das reflexões dos autores aqui mencionados nas categorias propostas a seguir. Entende-se que tais categorias não são rígidas e servem, neste trabalho, para uma divisão mais clara. Ao realizar essa empreitada, não se pretendeu cristalizar os sentidos produzidos por cada subitem, mas realizar um “passeio” reflexivo em diálogo com os autores referenciados.

DISCUSSÕES E PROBLEMATIZAÇÕES

O TAMANHO DO PROBLEMA

Nesta seção, intenciona-se apresentar como o objeto de estudo foi se delineando para os pesquisadores e quando se localiza a problemática da pesquisa articulada com o discurso produzido pelo narrador da história. O tamanho do problema parece acontecer quando os pais dão as costas para o enfrentamento da questão (a morte do Lilinho), não se utilizando de tais circunstâncias como produção de sentido e optando por “interferir no circuito”, substituindo o peixe e, assim, criando um mundo idealizado. Foi mais uma oportunidade perdida diante da possibilidade de mostrar que a morte faz parte da vida, é universal, pertence à condição humana, e que a saudade que a criança possa vir a sentir devido ao rompimento se deve ao vínculo que se estabeleceu.

De acordo com Bertold, Bromberg e Coelho (1998), ao diferenciar os conceitos de vínculos afetivos e relacionamentos, as autoras mostram o último como podendo ser duradouro, assim como passageiro; já os vínculos afetivos se transformam em representações internas individuais, ou seja, são característicos dos indivíduos, sendo, por definição, um laço relativamente duradouro, o qual se torna importante por ser único e não substituível.

O que se percebe são sujeitos fadados a um discurso que os afasta do real e que desresponsabiliza esses pais como auxiliares na construção da subjetividade “*deste coraçõzinho em formação*”, já mencionado. No momento em que a menina narra a forma “estranha” pela qual percebeu seu peixinho - “*ele tá dormindo de cabeça pra baixo, assim*” - ela não nega a realidade, mas parece solicitar ajuda desses pais para nomear o ocorrido e, a partir dessa possibilidade, vir a criar suas próprias estratégias adiante da perda de elaboração dos sentimentos, mesmo que não viesse a compreendê-los em um primeiro momento.

No que tange à questão da família, Jerusalinsky (2010) afirma que o discurso materno será o único capaz de provocar um esvaziamento ou uma falta para que haja uma inscrição na subjetividade da criança que a capacite a elaborar mais esses questionamentos, embora se reconheça a importância do discurso paterno na construção subjetiva da criança, como se observa no seguinte fragmento:

Querida filha. Eu só estou escrevendo este texto porque você ainda não sabe ler. Ao contrário eu não o faria, porque você ia ficar bem chateada em saber que o seu peixe, o Lilinho, morreu. De modo que aquele que está no seu aquário, agora, é bem parecido, mas não é o Lilinho. A sua mãe, as mães são assim, sem que você soubesse, resolveu comprar outro e por no lugar dele. Foi uma coisa bem rápida filha. Você acordou, contou que o Lilinho estava dormindo de maneira estranha (“*ele tá dormindo de cabeça pra baixo, assim*”...) e logo vimos o tamanho do problema.

A partir da narrativa, na qual o pai tenta descrever o que seria o ideal para que a sua filha não sofresse, percebe-se que ele considera o entendimento da filha sobre o que houvera com seu peixinho

apenas pela inscrição da linguagem, como se a menina, ainda não sabendo ler, não tivesse outras vias de perceber o que estava acontecendo. Kovács (1992) nomeia a morte como “morte sentimento” a partir de todos os sentimentos que desta surgem e que algum dia já foram vivenciados. A perda é vivenciada conscientemente e, por vezes, mais temida do que a própria morte, já que esta não pode ser vivenciada concretamente. A perda passa a ser a única morte que se experiencia, quer seja concreta ou simbólica. Pode ser dito, ainda, que, se ainda não foi vivenciada, em algum momento o será.

Substituir o objeto de perda, colocando outro em seu lugar, parece, mais uma vez, mascarar possibilidades da criança em se inscrever no mundo diante da falta ou, pelo menos, na perspectiva de reconhecer a morte como perda, como impossibilidade diante da vida e, que mais cedo ou mais tarde, será preciso enfrentar e, se possível, em condições psíquicas para isso. Uma verdade importante em relação aos vínculos é que há a capacidade e, fundamentalmente, a necessidade de se desenvolver diferentes tipos de vínculos ao longo da vida (BERTHOLD; BROMBERG; COELHO, 1998), pois se constroem histórias únicas em diferentes situações, com diferentes pessoas. Isso acontece em razão dos diferentes investimentos que se dá e se recebe e que possam vir a “preencher” ou a “esvaziar”, “preenchendo” ou “esvaziando” ao outro, ou, ainda, completando-se mutuamente, pois isso é o que caracteriza as pessoas como seres sociais a partir dessas vivências inter-relacionais.

RECURSOS DOS PAIS E A LÓGICA DO CIRCUITO

Nesta seção, debate-se a forma como os pais resolvem construir, para a criança, a observação e a demanda feita por ela. O termo “para a criança” foi proposital, pois os pais não a consideram nesse processo. A forma como eles decidiram lidar com a situação, ao colocar em dúvida em atender ou não a demanda da filha, criando o conflito e um sofrimento aparente por meio da fala, foi, certamente, o estopim do “problema”. Isso fica claro na seguinte passagem do discurso do pai na vinheta da mídia:

Foi então que tivemos que decidir em contar a verdade ou driblar o destino. Deixar que essa fatalidade tomasse conta do seu coraçõzinho em formação ou desafiar as possíveis consequências de uma mentira como essa? E se você notasse e se você viesse a perceber a diferença de tamanho ou pior, se descobrisse uma nadadeira a menos.

Ainda bem que nada disso aconteceu. Ainda bem, minha filha. Seus pais conseguiram adiar minimamente este sentimento terrível que a perda dá.

Não seria exatamente nesse período de formação que a aceitação da “fatalidade” viria a criar possibilidades dessa criança em escolher o que fazer com seu peixinho morto? Fosse enterrando-o ou vindo a substituí-lo, seria dada a ela possibilidade de sentir, de vivenciar o sentimento que a perda traz. Ouvi-la e se deixar ouvir: não seria uma boa saída?

Sabe-se que, em cada fase do desenvolvimento emocional da criança, ela lida com a temática da morte de diversas formas. Kübler-Ross (2008) pontua que a forma como a criança vai lidar com

a morte, por exemplo, de algum animal de estimação ou de alguém real da sua vida, vai depender, dentre outros fatores, da construção dos pais com a criança. Assim, se os pais não poupam os filhos de situações de perdas, existe uma probabilidade maior de eles lidarem com tais questões de forma menos dolorosa ao longo da vida.

Como mostra Teixeira (2003), há que se ter um cuidado sobre como comunicar a situação de morte para a criança. Salienta-se que não se deve excluí-la, justificando-se com o argumento de poupá-la. Dessa forma, constrói-se, com a criança, a possibilidade de ela lidar com o real e começar o processo inicial do luto. No entanto, o que ocorre na vinheta é exatamente o contrário. O “poupar”, no discurso paterno, sugere a dificuldade dos pais em lidarem com situações como essas. Embora não se possa afirmar com precisão, parece que o tema da morte atravessa os pais. Ao não tratar desse assunto, Kovács (1992), sinaliza que o adulto, ao não problematizar com a criança essas questões, crê que, de alguma forma, “protege” a criança, como se a proteção pudesse aliviar a dor e transformar radicalmente a realidade. No entanto, muitas vezes, esse modo de lidar pode confundi-la, visto que fica mais suscetível ao desamparo diante de suas demandas.

Eis que surge uma inquietação sobre a “decisão do pai” nessa história. Ele faz um desabafo - não da sua atitude, que não aparece do discurso, pois, como ele mesmo diz, “as mães são assim” -, mas sim de uma decisão compartilhada com a filha. Essa fala abre um espaço de reflexão a respeito de uma noção de infância, ocupada por um lugar de incapacidade em lidar com a morte, negando o real. Acredita-se que a própria fala do pai (coraçãozinho em formação) se justifica para que se muna de recursos a fim de dar conta da demanda da filha. Afinal, há de se pensar que esse é o momento em que a criança precisa ser amparada.

Se a criança for identificada como aquela para quem falta razão e a experiência para lidar com os eventos da vida, corre-se o risco de vê-la como aquela que deve ser completamente guiada pelo adulto em todos os momentos. Se a criança deixa de ser vista como um ser social em desenvolvimento, resultante das relações que se estabelecem, desconsideram-se as desigualdades sociais que o mundo moderno apresenta. Calligaris (1994) aponta que se deve ter muito cuidado com o mito da infância feliz, já que, ao se olhar para as dimensões sociais, visualizam-se inúmeros modos de vida que não correspondem aos ideais de felicidade colados ao discurso sobre a infância.

Para além disso, observa-se que campanhas publicitárias trabalham com uma noção idealizada de infância. Buckingham (2006) mostra, nos seus trabalhos, que a noção de infância nas mídias aparece de uma forma romantizada, baseada dentro de um ideal burguês, individualizado, que posiciona o infante dentro de uma noção asséptica de infância. Um exemplo disso são as leis que surgem no congresso frequentemente, como a Lei da Palmada, tão controversa, que proíbe “a palmada educativa” nas crianças. Para além das contradições do projeto, o que se quer sinalizar, aqui, é o lugar maculado da criança nesses projetos, o qual inviabiliza olhar para as crianças contextualizadas em seu território. De certo modo, a Psicologia, em sua perspectiva desenvolvimentista, também contribuiu

para forjar uma noção segmentada de infância, baseada em fases estanques do desenvolvimento humano, como propõe o clássico livro de Bee (1997) sobre o ciclo vital.

Essas heranças contribuem fortemente para enrijecer tanto a noção de infância quanto a noção de maternidade, conforme apontam alguns autores como Badinter (1985). Para concluir essa reflexão, demarca-se uma questão importante: talvez se possa pensar que tais dificuldades dos pais de conversar abertamente com a filha e até mesmo vir a nomear o fato ocorrido advenham do fato de ter acessado suas próprias fragilidades, de não darem conta da situação em se tratando do tema em questão, o que pode sugerir um atravessamento transgeracional da história de vida desses pais. Houve, aqui, por assim dizer, uma negação da perda e um preenchimento imediato da falta, sendo a falta uma condição necessária para haver uma inscrição da ordem dos significantes e permitir que a criança se encontre com o que a desacomoda por meio dos seus próprios recursos egoicos.

Por hora, cabe encerrar as discussões da vinheta, advindas das inquietações da pesquisadora acerca dos recursos utilizados pelos pais frente à demanda da filha, afirmando-se a não possibilidade criada por eles na construção de um significado diante das questões de morte quando decidem substituir o peixe morto no aquário. Jerusalinsky (2010) entende, apoiado na perspectiva lacaniana, que a falta é importante e necessária como espaço do desejo, afirmando que a mãe suficientemente boa é a mãe que consegue se “descuidar” de modo que dê espaço pertinente para que a criança faça suas interrogações constituintes e, assim, suas “descobertas permitidas”.

A criança do vídeo parece não se esquivar em solicitar uma explicação diante do estranhamento quando, de imediato, recorre aos pais, mas estes barram a possibilidade de construírem, juntos, o final dessa história. Winnicott e Lacan, citados por Vieira (2010), mostram que a construção do sujeito só é possível a partir do outro, pois o imaginário se constrói entre o eu e o outro, sugerindo a incapacidade de alguém ser “original”, a não ser pela origem do outro. Essa seria uma capacidade de construir algo próprio, passado por meio da narrativa de pai para filho.

Diante dessas afirmações, paira um questionamento: Como construir outros modos de dizer/fazer quando as crianças demandam, para os adultos, as questões do morrer? Afinal, o que elas querem saber?

ENTÃO, O QUE AS CRIANÇAS TÊM QUE SABER?

Ao final do vídeo da campanha publicitária, há os últimos argumentos do pai:

Fatalidades não são algo que crianças têm que saber. Crianças, aliás, não deviam saber de nada ruim, somente que os peixes nadam, que os passarinhos, voam, que os avós os avoam. Por isso mesmo que eu estou aqui, contando essa história, para que você um dia saiba que a sua mãe e seu pai interferiram no circuito e deixaram ele menos curto. Fica então uma dica pra você: sempre que possível interfere. Nada precisa ser ruim. Por uma infância mais feliz, sempre.

Esse longo e intenso discurso remete a uma ânsia desses pais em prolongar o tempo de infância da filha e de um período em que eles acreditam que devam preservá-la do mundo. Esse reconhecimento social da criança e uma maior atenção à infância não garantem o direito à infância, como aqueles preconizados no ECA (BRASIL, 1990).

A infância, como categoria social, não é única e estável, e vem sofrendo mudanças quanto à sua inserção no meio social. A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança se encontra presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se em um problema social desde o século XIX, isso ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica. Estudos apontam que, até o início da década de sessenta, a história da infância e a história da educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa (ARIÈS, 1981). A responsabilidade na construção dos novos sujeitos também leva a constantes transformações no âmbito conceitual de infância. Devem-se levar em conta as rupturas ocorridas nas estruturas sociais e familiares na sociedade moderna e de se pensar no espaço familiar em que a criança passa a ocupar e se organizar.

Quando esses pais interferem no circuito, eles interferem para além do lidar com as perdas, mas para o lidar com a realidade. Percebe-se uma ambiguidade nos pais por acreditarem que estão deixando o “circuito” menos curto. Primeiro, nota-se um equívoco dos pais em acreditar que podem interferir no circuito com tanta competência. O segundo equívoco seria eles acreditarem que tal interferência estaria deixando o circuito menos curto adiando-se etapas. Pode-se pensar que, ao contrário da lógica/do recuso utilizado por esses pais, é justamente quando se usam “atalhos” que se encurta o caminho. Atalhos remetem a lugares mais fáceis, mais rápidos e que, certamente, não contemplam a mesma paisagem e, por assim dizer, a mesma vivência. Pode-se, ainda, questionar se esses atalhos não seriam produtores/construtores de sofrimentos psíquicos na infância.

A extensão da infância protegida das preocupações reinantes nos estratos sociais médios parece, também hoje, ter sua extensão cada vez mais encurtada, ao passo que se organiza basicamente em função das expectativas e pretensões dos adultos. Essa ambivalência colabora para resgatar a criança como o “adulto em miniatura” à medida que esta se torna depositária das projeções dos adultos, mesmo tendo conquistado um espaço social particular no mundo.

Pensa-se que tais projeções possam, por vezes, calcar o desenvolvimento de uma criança em uma infância idealizada e, em outras, em um mundo adulto já construído. A infância idealizada pelo adulto chega a corresponder a uma mitificação. A mitificação seria uma forma de escapar do tempo e da opressão dos papéis impostos pela sociedade, como também uma recusa do mundo tal como é vivido pelo adulto em função de estruturas sociais, de instituições, de normas, sem nenhuma ponte em comum com o mundo desejado e projetado na infância, havendo uma reivindicação fundamental para si (ROSEMBERG, 1976).

Considerando-se que a criança possa ser depositária das projeções adultas, questiona-se em que momento ela pode estar se preservando e qual seria o espaço que tem sido dado para que ela participe mais autonomamente do seu processo de subjetivação em suas realizações. Para isso, é preciso que a consideremos como criança autônoma e produtora de culturas, pois, assim, talvez, fique claro que se sabe muito pouco sobre a cultura infantil.

Diante disso, a “dica”⁶ é a seguinte: em vez de interferir no circuito, há que se disponibilizar a observar as crianças, dando-lhes o espaço necessário para que se estabeleçam deslocamentos entre a fantasia e a realidade, como brincam e sobre o que brincam, possibilitando-as para que se expressem a partir do seu imaginário nos eventos do cotidiano, inclusive sob os aspectos “fatalísticos” da vida.

Será que a adultez simplesmente garantiu um preparo para vivenciar as coisas ruins? Sugere-se que as crianças e, até mesmos os adultos, admirem o nado dos peixes, que fiquem atentos ao voo dos pássaros, que tenham, ainda, um avô que os “avoem”, mas que também atentem para os limites do que podem viver.

A partir desses apontamentos, Kübler-Ross (2008) e Mendes (2009), no decorrer dos seus ensinamentos, sugerem que não se deve esconder nem limitar a informação sobre a morte à criança de modo que esta ganhe competências necessárias à superação dos sentimentos de perda e luto, pois ela deve ser familiarizada e preparada para esse aspecto da vida. Morrer faz parte do ciclo da vida: eis a contradição. Por isso, a explicação da morte deve ser feita numa linguagem adequada ao nível cognitivo e linguístico da criança, por meio de conceitos concretos e expressões reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o escopo de problematizar as questões do luto, infância e contemporaneidade por meio de uma mídia publicitária. Num primeiro momento, realizou-se uma reflexão sobre as noções de morte e a infância, discutindo-se aspectos históricos importantes sobre as perdas como uma dimensão humana e no âmbito da infância. Posteriormente, mostrou-se a importância de se discutir as temáticas de morte e luto na infância, mostrando-se que as vivências do luto na infância precisam ser discutidas e significadas e não silenciadas, como comumente se faz.

A partir dos recursos metodológicos utilizados, do passeio pela breve revisão teórica sobre infância, morte e contemporaneidade nos processos de luto na infância e, posteriormente, das discussões levantadas nas categorias construídas, ainda se questiona se estas possam ser silenciadas. Pelo contrário, toma-se como urgente a necessidade de que a sociedade contrarie a tendência supostamente errada de ignorar e silenciar a experiência da perda e do sofrimento inevitável da vida. Embora pareça que a criança seja demasiadamente frágil para aguentar os percalços da vida,

⁶Utilizou-se propositalmente a palavra “dica” para contrapor/propor a fala do pai, quando ele indica que se deve interferir no circuito.

somente enfrentando-os, dentro das suas limitações, que ela vai ganhar estratégias para criar suas representações internas da morte como um acontecimento natural e inevitável e que é possível de ser ultrapassado.

A infância protegida das preocupações inerentes do decorrer da vida parece surgir, cada vez mais, das expectativas, pretensões e, inclusive, das frustrações dos adultos. Desse lugar, a criança se tornaria uma mera depositária das projeções e de um mundo ou lugar ideal para se viver. Quanto a isso, Calligaris (1994, p. 1) propõe uma reflexão:

Protegemos, cuidamos e satisfazemos a criança como para quem olha para uma foto de nossa infância, onde queremos parecer felizes. A criança é a caricatura da felicidade impossível: Vestida de feliz, isenta das fadigas do sexo e do trabalho, idealmente despreocupada.

Nossas crianças parecem que estão “mal na foto”, sobretudo porque a foto na qual se gostaria que sorrissem é a última foto de férias, e precisaria que estivessem à altura de se dar as férias que tiveram. Para elas, o peixe brandido deveria ser de verdade, a moça ao lado deveria ter sido mesmo uma tórrida aventura, o sol deveria ter brilhado o tempo todo. Aos que esperam uma infância sempre feliz, não tem problema: logo a engenharia genética resolverá de vez os embaraços da pedagogia e oferecerá como crianças clones felizes, construídos à imagem e semelhança dos sonhos (CALLIGARIS, 1994).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; ATALLAH, R. O conceito de repetição e sua importância para teoria psicanalítica. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 203-218, 2008.

ARIÈS, P. **A História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERTHOLD, C. M.; BROMBERG, M.; COELHO, M. **Ensaio sobre a formação e rompimento dos laços afetivos**. 2. ed. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1998.

BOWBLY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, 1990.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas: após a morte da infância**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CALLIGARIS, C. O reino encantado chega ao fim. Folha de São Paulo: **Caderno Mais**. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/qWPJtW>>. Acesso em: 12 nov. 2012

FRANCO, M.; MAZORRA, L. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 4, p. 503-511, 2007. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/25pxh9>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

FREUD, S. **Luto e Melancolia**. Rio de Janeiro: Standard, 1917.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JERUSALINSKY, A. **Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar**. Trad. de Diana Myriam Lichtenstein et alii. 5. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KUPFER, M. **Psicanálise e Educação**. São Paulo: Escuta, 2001.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. In: BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 137-155.

MACHADO, A. Como lidam as crianças com a morte/luto. In: **Revista Sinais vitais**, n. 67, p. 45-50, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/uw3gXp>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

MENDES, É. A morte e o luto a partir do mito da medusa e o trabalho com crianças portadoras de doenças terminais. **Psicópio: Revista virtual de Psicologia Hospitalar e da saúde**, Belo Horizonte, v. 1, n. 08, p. 45-50, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/L6g4ro>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

ROSEMBERG, F. Educação: para quem? **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 12, n. 28, p. 1467-1470, 1976.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SENGIK, A.; RAMOS, F. A concepção de morte na infância. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 379- 387, 2013.

SILVA, M. **Processo de luto e educação**. Braga: Portugal, 2004.

TEIXEIRA, C. M. F. da S. A criança diante da morte. **Revista da Universidade Federal de Goiás**, v. 3, n. 2, s/p, 2003.

TORRES, W. C. **A criança diante da morte: desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VIEIRA, M. C. C. **Reflexões possíveis: o olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva**. São Paulo: Instituição de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2010.

